



Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

ATA da 1^a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista

Brasília, 12 de Dezembro de 2024.

Brasília, 12 de dezembro de 2024.

Reunião Extraordinária

Aos doze de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, de modo virtual, ocorreu a **1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

A reunião tratou da discussão e deliberação sobre as propostas de Resolução não apreciadas durante a 3º Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista, que ocorreu nos dias 04 e 05 de Dezembro de 2024.

A reunião contou com 40 participantes, entre membros Titulares e Suplentes, representantes governamentais, representantes de organizações indigenistas, bem como participantes convidados/as, conforme relação constante na lista de presença anexa a esta ata.

Abertura da Reunião pela mesa constituída por Dinamam Tuxá (APIB) e Secretário Inathan Gomes Santos (MPI).

DINAMAN TUXÁ/APIB contextualizou a convocação da Reunião Extraordinária para deliberação das propostas de Resoluções que não foram apreciadas ao final da 3ª Reunião Ordinária do CNPI.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI prosseguiu com a apresentação da pauta da reunião:

- Informes;
- Leitura de Resoluções e Aprovação;
- Apresentação do Ministério de Minas e Energia.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE informou que não consta proposta de Resolução do Ministério do Esporte na pauta. Sugeriu que fosse incluída na pauta para deliberação.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que a proposta não chegou a ser encaminhada na última reunião. Solicitou que fosse apresentada minuta para deliberação.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE informou que irá apresentar a minuta da proposta de Resolução.

WURIU MANCHINERI/COIAB sugeriu alteração do texto da Resolução CNPI nº 04.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou que a redação do texto da Resolução será discutida posteriormente.

Pauta aprovada pelo Plenário.

INFORMES

INATHAN GOMES SANTOS/MPI realizou a leitura dos encaminhamentos da 3ª Reunião Ordinária do CNPI.

Destacou que as informações foram enviadas por meio de Ofício aos Conselheiros.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE informou que foi encaminhada a proposta de Resolução sobre esporte.

LEITURA DE RESOLUÇÕES E APROVAÇÃO

DINAMAN TUXÁ/APIB anunciou a leitura e deliberação das propostas de Resolução elaboradas na 3ª Reunião Ordinária do CNPI.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI recapitulou as Resoluções aprovadas na 3ª Reunião Ordinária do CNPI. Questionou se seria necessário realizar a leitura das Resoluções novamente.

DINAMAM TUXÁ/APIB considerou que as Resoluções aprovadas poderiam ser disponibilizadas aos Conselheiros, não sendo necessária a leitura.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI segue com a leitura da Resolução CNPI nº 3, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a adoção de medidas normativas e administrativas para instituir uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), e dá outras providências.

DINAMAM TUXÁ/APIB certificou que já foi indicado no cabeçalho se tratar de Resolução do Pleno do Conselho. Explicou que a Resolução é assinada pela Ministra Sônia Guajajara enquanto Presidente do Conselho por determinação do regimento.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL questionou se haveria forma de mencionar que a demarcação poderia ser reconhecida como uma forma fundamental de reparação.

DINAMAM TUXÁ/APIB especificou que as recomendações da Comissão Nacional da Verdade não incluem demarcação, mas tratam de regularização, por isto não havia sido inserido inicialmente.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI destacou que regularização é mais abrangente que demarcação, pois inclui todos os procedimentos demarcatórios até o registro.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL expressou concordância com as observações.

Resolução **aprovada** pelo Plenário.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI segue com a leitura da Resolução CNPI nº 04, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda ao Congresso Nacional brasileiro o arquivamento definitivo de Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que busquem desconstruir os direitos fundamentais dos povos indígenas, e dá outras providências.

Não houve manifestações.

Resolução **aprovada** pelo Plenário.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI segue com a leitura da Resolução CNPI nº 05, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a incorporação da demarcação de terras indígenas e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) como eixo central para o alcance das metas climáticas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira, e dá outras providências.

GIOVANA ACACIA TEMPESTA/CASA CIVIL sugeriu que fosse alterada a redação do art. 1º, considerando que as portarias declaratórias não são analisadas, mas enviadas pela FUNAI ao MJSP.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI mencionou que as portarias são aprovadas pela FUNAI também, e posteriormente declaradas pelo MJSP. Destacou que já foram publicadas 19 (dezenove) portarias declaratórias. Sugeriu que fosse alterada a redação para “aprovadas” ou “encaminhadas” pela FUNAI.

ESTELLA LIBARDI DE SOUZA/MSJP sugeriu que a redação fosse alterada para “encaminhadas pelo MPI e FUNAI ao MJSP”.

Resolução **aprovada** pelo Plenário.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI sugeriu que fosse indicado no cabeçalho se tratar de ato do Conselho para uniformizar, ao invés de descrever “o Pleno do Conselho [...]”.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI mencionou que esta menção ao Pleno no cabeçalho foi encaminhada em reunião, e afirmou que poderia ser deliberado o formato da uniformização.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI questionou se haveria alguma determinação específica no regimento interno. Sugeriu que fosse indicado apenas Resolução do “Conselho” e não do “Pleno”.

DINAMAM TUXÁ/APIB reforçou que outros Conselhos utilizam o mesmo formato de cabeçalho sugerida pela Presidente Joenia Wapichana.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL expressou apoio à correção sugerida.

GUTA indicou que não foi discutida a uniformização dos textos na última reunião. Recapitulou que na oportunidade da primeira resolução aprovada foi deliberada a menção do texto “Pleno do

Conselho” no cabeçalho. Sugeriu que fosse deliberada a alteração do cabeçalho apenas para as Resoluções seguintes, mantendo a redação adotada nas propostas anteriores.

DINAMAM TUXÁ/APIB concluiu que poderia ser mantida a redação “O Pleno do Conselho” no cabeçalho das Resoluções aprovadas anteriores, e que as Resoluções ainda a serem aprovadas mencionarão apenas “O Conselho” no início do cabeçalho.

Proposta aprovada pelo Plenário.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que foi apresentada proposta de moção pelo Conselheiro Agnaldo Pataxó.

DINAMAM TUXÁ/APIB questionou se a CONJUR foi consultada sobre a legalidade de apresentação de moções durante a reunião.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI apontou que a CONJUR ainda não foi consultada.

GUTA indicou que não há vedação no decreto.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI relatou que já acompanhou Conselhos que emitiram moções de apoio. Evidenciou que a moção se refere à proposta de mudança no nome do Parque do Descobrimento, apresentada pelo povo Pataxó à FUNAI e ao ICMBIO.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI verificou disposição do regimento que permite a aprovação de moções e prosseguiu com a leitura da Moção de Apoio à **proposta de renomeação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá**, apresentada pelo Conselheiro Agnaldo Pataxó.

SERGIO FREITAS/INSTITUTO CHICO MENDES relatou que esta Moção de Apoio contou com o apoio do Instituto Chico Mendes. Destacou que é a primeira iniciativa neste sentido. Apontou que está em andamento segunda tentativa administrativa para reforçar demanda de renomeação, visto que inicialmente a demanda não foi aprovada. Sugeriu que a demanda fosse encaminhada também pelo MPI e pela FUNAI para chegar à Presidência.

GIOVANA ACACIA TEMPESTA/CASA CIVIL sugeriu ajuste de forma para corrigir “em processo de Homologação” para “em processo de demarcação”.

ESTELLA LIBARDI DE SOUZA/MJSP informou que o processo em demarcação ainda está na FUNAI.

JUAREZ HUMBERTO FERREIRA/SECRETARIA-GERAL louvou a posição do ICMBIO sobre a Moção apresentada. Pontuou que a proposta de renomeação foi anotada pela Secretaria-Geral e expressou apoio e concordância à Moção.

GUTA questionou qual foi a justificativa para negativa do pedido de renomeação.

SÉRGIO FREITAS/INSTITUTO CHICO MENDES explicou que não houve justificativa expressa, mas a resposta indicou que não seria uma alteração pertinente. Mencionou que a resposta foi enviada pela Presidência da República.

DINAMAM TUXÁ/APIB sugeriu a realização de reunião com a Casa Civil após a aprovação da Moção para tratar do tema

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL destacou a importância da articulação da Ministra para solicitar a alteração.

DINAMAM TUXÁ/APIB indicou que a proposta de reunião junto à Casa Civil para apoiar a alteração do nome seria colocado como **encaminhamento da reunião**.

Moção de Apoio **aprovada** pelo Plenário.

Questionou a Conselheira Ana Elenara (Ministério do Esporte) se a minuta da proposta de Resolução estaria finalizada para deliberação.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE explicou que a proposta de Resolução não havia sido encaminhada formalmente na reunião anterior. Recapitulou principais pontos apresentados sobre o tema e questionou ao Pleno qual seria a melhor forma de encaminhar a proposta.

DINAMAM TUXÁ/APIB reconheceu a importância da pauta e sugeriu que a minuta de texto da proposta de Resolução fosse apresentada na próxima reunião do CNPI para deliberação.

JECINALDO CABRAL/MPI reforçou a proposta do Conselheiro Francisco Piyāko (Acre), acompanhada por outros Conselheiros, para recomendar política pública habitacional semelhante ao Programa Minha Casa Minha Vida e específica para os povos indígenas, a ser organizada em conjunto pelo Ministério das Cidades, a Caixa Econômica, a FUNAI, o MPI e demais ministérios.

Informou que em breve serão notificadas a disponibilidade de 2 (duas) vagas no CGEN e no Conselho do Fundo de Repartições do Ministério do Meio Ambiente. Apontou a necessidade de discussão estratégica da pauta.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME destacou o engessamento das políticas públicas que dificultam o acesso das associações indígenas aos programas ministeriais. Solicitou apoio jurídico para desburocratizar o acesso às políticas públicas. Mencionou exemplo de políticas do MDA e exigências relativas ao CAF. Expressou descontentamento com o limite de idade para inscrição e participação no curso de inglês oferecido pelo MPI.

LARA CARACCIOLI AMORELLI/MDR questionou se a valorização das experiências seria suficiente para garantir o cumprimento dos objetivos da Resolução proposta pelo Ministério do Esporte.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE reforçou que o objetivo é ir além da valorização, garantindo a implantação e democratização das políticas públicas. Destacou preocupação com a burocratização de acesso à pauta, e por isso sugeriu a discussão no âmbito do Conselho.

DINAMAM TUXÁ/APIB sugeriu que fosse indicado como encaminhamentos a elaboração de Resoluções sobre esporte e sobre a Política Nacional de Habitação Rural. Questionou ao Jecinaldo (MPI) sobre quais são as regras de participação no CGEN para discussão da participação na próxima reunião.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI registrou os encaminhamentos para a ata e convocou representante do Ministério de Minas e Energia para apresentação do Fundo Nacional de Transição Energética.

JECINALDO CABRAL/MPI sugeriu convocatória de reunião com a APIB e os movimentos de base na próxima semana para tratar das indicações ao CGEN e apresentar como está sendo a definição do espaço indígena no âmbito do CGEN e do Fundo.

APRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ALEXANDRE MARIO DE FREITAS/MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA relatou a aprovação da Política Nacional de Transição Energética, que possui 2 instrumentos: i) Plano Nacional de Transição Energética; e ii) Fórum Nacional de Transição Energética.

Destacou que o Fórum será tripartite, sendo reservados 29 assentos para representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais. Pontuou que foi reservada 1 vaga para participação do movimento indígena. Informou que a Ministra solicitou indicação de representante pelo CNPI.

Mencionou que o edital de composição das vagas da sociedade civil deve ser lançado ainda em dezembro. Destacou que apenas a vaga para representação indígena será determinada por indicação do CNPI, sendo que as demais vagas serão dispostas por processo seletivo.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI questionou até quando será possível definir a indicação.

ALEXANDRE MARIO DE FREITAS/MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA solicitou que a indicação fosse realizada até fevereiro/março.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que será seguido o mesmo modelo para definir a indicação por meio de discussão no Plenário. Caso não seja possível, a indicação será definida junto aos movimentos indígenas.

Assumiu a presidência da Reunião, após Dinamam Tuxá (APIB) se ausentar para outro compromisso.

Pontuou ser necessário deliberar a data da próxima reunião. Destacou que Dinamam Tuxá (APIB) sugeriu a realização de reunião antes do Acampamento Terra Livre.

MISLENE/FUNAI registrou a necessidade de discussão sobre a criação dos Comitês Regionais da FUNAI extintos em 2022. Sugeriu que fosse incluído como ponto de pauta da próxima reunião.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL propôs a elaboração de calendário anual para 2025, com o planejamento das reuniões em março, junho e novembro.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou que o decreto prevê a realização de reuniões a cada 4 meses. Sendo assim, seria possível agendar reunião a partir dos dias 04 e 05 de abril de 2025. Considerando a realização do ATL, Dinamam Tuxá (APIB) propôs a realização de reunião uma semana antes do ATL.

TAYSE POTIGUARA/APOINME pontuou que a antecedência de uma semana do ATL ainda não cumpriria o prazo de 4 meses para a próxima reunião. Ponderou que, caso não seja possível antecipar a reunião para a primeira quinzena de março, também não seria possível antecipar para uma semana antes do ATL, considerando as disposições do regimento.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou dificuldade de organização da reunião em março devido a disponibilidade de orçamento.

JUNIOR WASSU apontou a maior dificuldade de participação da reunião e mobilizações do ATL durante 2 semanas. Sugeriu que as reuniões fossem iniciadas em maio.

LINDOMAR XOCÓ/APOINME enfatizou a necessidade de agendar a reunião uma semana antes do ATL, considerando a importância da prestação de contas e encaminhamentos durante o ATL.

JECINALDO CABRAL/MPI pontuou a possibilidade de realizar a reunião nos meses de abril, agosto e dezembro, considerando as disposições do decreto e do regimento, e ponderando as necessidades de adaptação. Destacou as observações dos Conselheiros sobre a dificuldade em permanecer 2 semanas em Brasília, mas também ressaltou a importância da participação das lideranças no ATL.

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA/PIAUÍ sugeriu que a reunião fosse adiada para maio, possibilitando a participação dos delegados na reunião. Destacou a importância de GTs para abordar a situação de Estados específicos, como o Piauí, o Rio Grande do Sul.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL perguntou sobre as datas específicas do ATL.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que o ATL está programado para os dias 07 a 11 de abril de 2025. Sugeriu a realização da reunião na última semana de abril, entre 21 e 25 de abril.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL mencionou que iria sugerir a mesma data. Mencionou, ainda, prováveis datas em agosto e dezembro.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou possibilidade de realização de reunião na COP30 em Belém. Informou que o Ministério irá verificar formato e se será reunião ordinária ou extraordinária. Pontuou, ainda, a existência de muitos feriados em abril que devem ser considerados.

SANDRO LUCKMANN/FLD-COMIN pontuou que dia 21 de abril é feriado.

TAYSE POTIGUARA/APOINME sugeriu verificar a disponibilidade de espaço na segunda-feira, dia 21 de abril. Propôs também que a reunião fosse realizada entre os dias 22 e 26 de abril, com o retorno das delegações no sábado. Sendo assim, a reunião da bancada indígena ficaria para o dia 22 de abril, a reunião das CTS ficaria para o dia 23 de abril, e a reunião do Pleno do CNPI ficaria para 24 e 25 de abril.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI endossou a proposta. Pontuou então que a 1ª Reunião Ordinária do CNPI de 2025 seria prevista para os dias 24 e 25 de abril de 2025.

Proposta aprovada pelo Plenário.

Informou que serão encaminhadas aos Conselheiros todas as informações sobre a reunião via ofício. Mencionou que a ata e o resumo executivo da reunião também serão disponibilizados no site do MPI e enviados aos Conselheiros.

Data da próxima reunião: **22 a 26 de abril.**

Encerrada a 1ª Reunião Extraordinária do CNPI.

ENCAMINHAMENTOS E ACORDOS

Ata

- Reunião junto à Casa Civil e à Presidência da República para tratar da proposta de renomeação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá.
- Discussão e deliberação das propostas de Resolução do Ministério do Esporte e da Política Nacional de Habitação Rural para povos indígenas.
- Discussão sobre a retomada dos Comitês Regionais da FUNAI extintos em 2022.

Resoluções [Publicar no DOU segundo art. 17 do Regimento e no site do MPI]:

- Resolução CNPI nº 3, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a adoção de medidas normativas e administrativas para instituir uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), e dá outras providências.
- Resolução CNPI nº 04, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda ao Congresso Nacional brasileiro o arquivamento definitivo de Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que busquem desconstruir os direitos fundamentais dos povos indígenas, e dá outras providências.
- Resolução CNPI nº 05, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a incorporação da demarcação de terras indígenas e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de

Terras Indígenas (PNGATI) como eixo central para o alcance das metas climáticas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira, e dá outras providências.

Moção de Apoio

- Moção de Apoio à proposta de renomeação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá.

SUGESTÃO DE PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Leitura e deliberação da proposta de Resolução do Ministério do Esporte;
- Leitura e deliberação da proposta de Resolução sobre a elaboração de uma nova Política Nacional de Habitação Rural para povos indígenas;
- Discussão sobre a retomada dos Comitês Regionais da FUNAI extintos em 2022.